

JORNAL DO Federal



Ano XXVII, nº 113 - Agosto 2016

ENDEREÇO DE DEVOLUÇÃO:
AGÊNCIA DOS CORREIOS
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CEP: 70.100-970 - BRASÍLIA/DF

Vote e participe
da democracia no
Sistema Conselhos

pág. 12

OrientaPsi:
conheça as
novidades do portal

pág. 3

Consultas ampliam
envolvimento da
categoria

pág. 13



ELEIÇÕES PSICOLOGIA 2016

AO REMETENTE

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- FALECIDO
- DESCONHECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO
- OUTROS _____

- INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
- REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM __/__/__.

DATA:

RUBRICA

Psicologia do Esporte
na ordem do dia

pág. 6



Olá,

Esta edição do Jornal do Federal é a que antecede o processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia, que acontece de 24 a 27 de agosto. Além de apresentar, em encartes, as quatro chapas concorrentes à Consulta Nacional e suas propostas para a gestão do Conselho Federal, uma matéria traz tudo o que é preciso saber sobre as eleições. Não deixe de participar deste processo democrático e, assim, contribuir para a definição de ações e políticas relacionadas à profissão nos próximos três anos.

O portal interativo OrientaPsi está de cara nova e com novas funcionalidades. A partir de agora, o acesso também será possibilitado a estudantes, e os espaços #TrocaPsi, MuralPsi e Entidades da Psicologia permitirão ainda mais integração e aperfeiçoamento profes-

sional e acadêmico.

A ampliação do diálogo com a categoria também se reflete nas consultas públicas realizadas recentemente pelo CFP que pretendem atualizar e aperfeiçoar normas e resoluções do Conselho: uma sobre testes psicológicos e outra sobre novos parâmetros para a atuação dos profissionais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Em sentido semelhante, duas comissões do Conselho têm levado atividades a todas as regiões do país, para que mais pessoas conheçam seu trabalho e participem das discussões em curso. Os encontros, realizados nas capitais, também promovem capacitação profissional.

A realização das Olimpíadas colocou o Brasil novamente no epicentro dos esportes mundiais, dois

anos depois da Copa do Mundo de Futebol. Por isso, ouvimos profissionais ligados à Psicologia do Esporte sobre conquistas, desafios e a importância da (o) psicóloga (o) junto aos atletas. O assunto também está contemplado na coluna “Fala, Psicólogo@”, que desta vez conta a experiência da psicóloga do Esporte Sandra Quinzani em um colégio de São Caetano do Sul (SP).

A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Vera Paiva, apresenta um balanço da atuação do grupo desde 2014 e aponta os desafios nesse campo, especialmente frente ao acirramento da intolerância e da violência no Brasil no último período. Um exemplo é a tentativa de derrubada da Resolução CFP 1/99, que estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) em relação à orientação

sexual. Após atuação decisiva da autarquia, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2 – Rio de Janeiro e Espírito Santo) manteve a validade da norma do Conselho, ao rejeitar um recurso do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.

Entrou em consulta pública, no site do Senado, o projeto conhecido como “novo Ato Médico”, que altera a Lei 12.842/2013, também chamada de Lei do Ato Médico. O Conselho Federal de Psicologia é contra a proposta, que restringe as prerrogativas legais do exercício das demais profissões regulamentadas na área de Saúde.

Na seção “Memórias da Psicologia”, você conhece um pouco da história de uma referência na área dos testes psicológicos brasileiros: Glauco Bardella.

Boa leitura!



Ano XXVII, nº 113 - Agosto 2016
SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,
Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia
t @cfp_psicologia

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente
Lurdes Perez Oberg
Vice-presidente
Maria da Graça Corrêa Jacques
Tesoureira
Vera Lucia Morselli
Secretária

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotéa Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte
João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul
Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste
Rogério de Oliveira Silva
Sergio Luis Braghini

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carualho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste
Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte
Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia
Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia
Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social
Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física
Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos
Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social
Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica
Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI
Tânia Grigolo
Saúde Mental
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello
(MTB 9088)

REPORTAGEM

André Martins de Almeida
Gisele Barbieri
Maria Goes de Mello
Pedro Biondi

REVISÃO

Maria Goes de Mello
Pedro Biondi

CAPA

Marcos Cavalcante Nobre (CFP)

ARTES

Marcelo Coutinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



OrientaPsi amplia interação e libera acesso a estudantes

Conheça as novas páginas do portal, que agora também abrigará futuras (os) profissionais da Psicologia

A plataforma interativa OrientaPsi inaugura nova fase de funcionalidades. A partir de agora, o acesso também é possibilitado a estudantes, atendendo a uma crescente demanda das (os) futuras (os) profissionais. Além disso, os espaços #TrocaPsi, MuralPsi e Entidades da Psicologia permitirão mais integração e aperfeiçoamento profissional e acadêmico para psicólogos (os) e estudantes.

Novas páginas

O #TrocaPsi, novo sistema de pontuação e interação do portal, pretende motivar o engajamento dos (as) profissionais e estudantes cadastradas (os). Para cada ação realizada na plataforma (cursos, participação em debates e postagens na rede social, entre outras), a (o) profissional e a (o) estudante acumularão pontos – chamados Psis – que podem ser posteriormente resgatados por itens formativos diversos, como livros, cartilhas e participação em eventos da Psicologia.

No MuralPsi, ambiente para networking da Psicologia, é possível divulgar e encontrar oportunidades de trabalho e parcerias profissionais e acadêmicas, além de intercambiar livros, artigos e outras publicações.

Entidades da Psicologia brasileira também terão espaço no OrientaPsi a partir de agora. Na nova ferramenta, as instituições que desejarem publicar dados institucionais, notícias e outras informações que julgarem pertinentes terão uma página específica no portal. Lá, a(o) usuária(o) também poderá se comunicar diretamente com a entidade.

Acesso a estudantes

Estudantes poderão ter acesso a todos os conteúdos do OrientaPsi —

incluindo os cursos com emissão de certificados e as novas funcionalidades, além da interação com @s profissionais e estudantes conectad@s na rede social da plataforma e nos grupos de discussão. Para acessar, basta que o (a) coordenador (a) ou responsável pelo curso ou faculdade de Psicologia encaminhe os dados dos discentes. Assim, a (o) estudante deve seguir os seguintes passos:

- ↳ Contatar a coordenação do curso/instituição de ensino em que estuda
- ↳ Definir um responsável pela coordenação de curso que faça a interface com o CFP
- ↳ Uma vez definida, a pessoa responsável deverá montar uma planilha com dados das(os) estudantes que desejem acessar a plataforma: *nome completo do aluno, RG, CPF, data de nascimento, nome da mãe, e-mail, telefone e endereço*
- ↳ Encaminhar a planilha com a ficha das(os) estudantes devidamente preenchida para que o CFP providencie os acessos. O envio deve ser feito pelo e-mail orientapsi@cfp.org.br

Após essa etapa, as (os) estudantes serão informados que o acesso está liberado e que seu cadastro está ativo na plataforma. Será feita, então, a validação dos dados cadastrais no primeiro acesso de acordo com o que foi informado na ficha da (o) aluno (o) pela Instituição de Ensino.

Certificado nos cursos

Agora, o OrientaPsi fornecerá certificados emitidos pelo CFP ao final de cada curso. A partir de duas horas de aulas assistidas, os certificados serão gerados com a inclusão da carga horária.

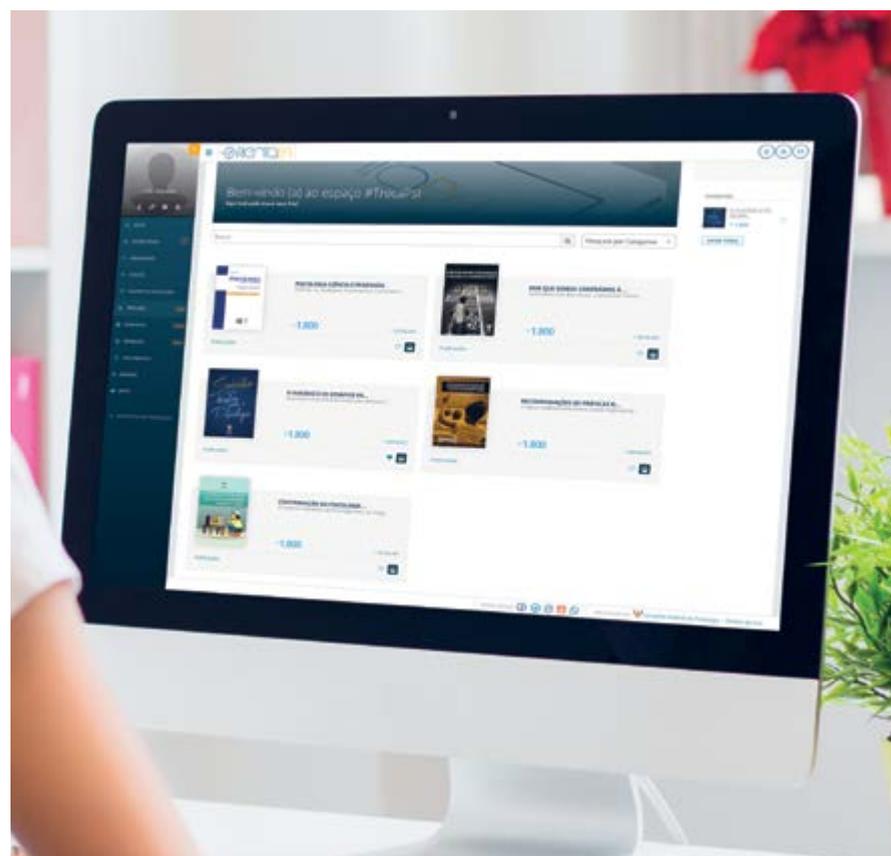


Foto: Shutterstock

Além das novas funcionalidades, portal agora tem novo layout

Confira a relação dos cursos já ofertados na plataforma:

- Políticas Nacionais de Saúde Mental
- Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: Um Diálogo Indispensável
- Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres
- Saúde Mental e Gênero
- Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Laicidade
- Curso Introdutório ao Suas
- Ética Profissional
- Atendimento Psicológico online
- Avaliação Psicológica

O diálogo como método

Aperfeiçoar o diálogo e a comunicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto à categoria, bem como entre as (os) profissionais e estudantes, e consolidar uma plataforma interativa em um dos principais espaços para psicólogas

e psicólogos debaterem a Psicologia. Esta é a missão do OrientaPsi, portal interativo lançado pelo CFP no início de agosto do ano passado.

O OrientaPsi é a principal iniciativa de comunicação do projeto ético-político da atual gestão, nascido a partir de uma constatação da necessidade de estimular a categoria ao diálogo sobre os modos de trabalho. Com a proposta de estimular a interatividade e tendo “o diálogo como método”, segundo a diretoria do Conselho, todas as etapas de desenvolvimento do OrientaPsi são construídas com a participação da categoria. O portal, que abriga pesquisas, estatísticas, publicações, grupos de discussão, cursos online e uma rede social própria para profissionais da Psicologia, faz parte de um projeto de modernização de todas as plataformas de comunicação do CFP.

Para acessar, basta que a(o) profissional esteja inscrito no Sistema Conselhos de Psicologia. Acesse <http://orientapsi.cfp.org.br/> e cadastre-se usando o seu CRP.



Em julho, seminário de Psicologia do Trânsito reuniu profissionais e estudantes em MG

Comissões levam atividades a todas as regiões do país

A Comissão de Psicologia do Trânsito e a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica têm realizado encontros em diversas capitais para apresentar seu trabalho

Duas comissões do Conselho Federal de Psicologia (CFP) têm levado atividades a todas as regiões do país, para que mais pessoas conheçam o trabalho dessas instâncias e participem das discussões em curso, que subsidiam políticas públicas e atualização de normas. Os encontros, realizados nas capitais, também promovem capacitação profissional nas áreas em questão.

São atividades gratuitas, dirigidas às (aos) profissionais de Psicologia e integrantes dos Conselhos Regionais, mas abertas a estudantes e demais interessadas (os).

A Comissão de Psicologia do Trânsito realizou em julho o Seminário “Psicologia do Trânsito: Possibilida-

des e Desafios de Atuação”, em Belo Horizonte. Os objetivos são apresentar o campo de atuação profissional em questão e qualificar a atividade de Avaliação Psicológica para Carteira Nacional de Habilitação (CNH), entre outros. Além de representantes do CFP, participaram pesquisadores, técnicos e gestores de órgãos públicos e da sociedade civil nas áreas de Trânsito e Transportes.

Quando esta edição se encontrava em fechamento, já estavam marcados eventos similares para São Paulo, no dia 29 daquele mês, Palmas, em 18 de agosto, e Fortaleza, em 25 de outubro. O de Curitiba está programado para 15 de setembro.

Em moldes semelhantes, a Co-

missão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) vem realizando o projeto CCAP Itinerante, com foco nos preceitos éticos e técnicos da área.

Foram realizados cursos e palestras no Rio de Janeiro (março), em Belém (maio) e Campo Grande (julho). Os próximos serão em Salvador, dias 4 e 5 de agosto, e Florianópolis, em 1º e 2 de setembro.

Revalidação

Em debate no 3º Congresso de Psicologia do Cerrado (Conpcer), em julho, integrantes da CCAP ressaltaram a necessidade de formação continuada dos profissionais nessa área, revalidação dos instrumentos em uso e adequação das abordagens ao interesse dos usuários.

Outro ponto foi a urgência de considerar a realidade regional na aplicação dos testes psicológicos. O coordenador da Comissão Consultiva, João Carlos Alchieri, destacou que em cinco anos serão aproximadamente 400 mil psicólogos (as) em atuação no Brasil, e defendeu que esses (as) profissionais invistam em uma formação em avaliação psicológica que não se limite a graduação, mestrado ou doutorado, com cursos que contemplem os avanços da área e os contextos regionais.

“O contexto interfere no que chamaremos de resultado, embora alguns aspectos instrumentais sejam uniformes. O maior problema, hoje, está na representação dos critérios demográficos, que são colocados como referências e os profissionais tomam decisões a partir disso. Não se pode ter parâmetros iguais para regiões e contextos diferentes”, lembrou. Quanto à impor-

tância de revalidar os instrumentos, ele lembrou que de 2003 a 2015 foram contabilizados mais de 360.

Subsídio e intercâmbio

Segundo a conselheira do CFP Viviane Ribeiro, o seminário da Comissão de Psicologia do Trânsito na capital mineira mostrou que a atividade, por meio dos grupos de trabalho, pode subsidiar formulações em âmbito nacional. “Com apoio da CCAP, estamos desenvolvendo um documento de referência de atuação técnica do profissional de Trânsito – em princípio, uma cartilha –, especialmente na avaliação psicológica para CNH”, conta. “Vamos analisar as discussões regionais e incorporar aquelas que se mostrarem importantes para o documento, que tem por objetivo proporcionar uma convergência na atuação em todos os estados brasileiros.”

Ela lembra que outro objetivo dos encontros é apresentar as diversas facetas relacionadas à área de Trânsito e Mobilidade, que tem interface com a Saúde e a Educação, por exemplo. A seu ver, o contato com as diferentes experiências permite uma visão mais ampla sobre os desafios e possibilidades de trabalho para a psicóloga (o).

“Estamos fazendo os eventos em parceria com Detrans (Departamentos de Trânsito), DER (Departamentos de Estradas de Rodagem), Ministério Público, secretarias de Saúde, prefeitura, as polícias ligadas ao tema”, explica. “Assim, todos esses atores e instituições discutem a situação – que virou assunto de saúde pública –, tanto na região como no país, e como a (o) profissional de Psicologia pode atuar nisso.”





À esquerda, premiação realizada no CFP; acima, evento sobre Recovery em São Paulo

Saúde Mental: reafirmar a Reforma Psiquiátrica e a Política de Atenção Integral

Eventos e cursos promovidos pelo CFP visam à humanização do cuidado e à aproximação com as(os) psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde

Em seu planejamento estratégico, o atual plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) aponta duas linhas-mestras de atuação: a agenda profissional propriamente dita, da categoria das (os) psicólogas (os), e aquela que diz respeito às grandes agendas da sociedade brasileira. Nesta, estão a centralidade da Saúde Mental e a necessidade de que toda a rede de atenção psicossocial pautar sua discussão pelo foco do usuário. Com o intuito de ampliar as discussões e o conhecimento sobre o trabalho nesse campo, a autarquia promoveu, em 2016, eventos, debates e cursos na plataforma OrientaPsi.

O 1º Colóquio Internacional em Recovery (Restabelecimento), realizado em maio, abrigou discussões éticas, políticas e científicas de maneira a promover o aprendizado e a troca de experiências entre usuários, familiares, profissionais e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com vistas a estimular a superação do modelo manicomial partindo da centralidade do empoderamento dos usuários. Durante dois dias, as (os) participantes compararam os

avanços e desafios de Brasil, Estados Unidos e Itália no que diz respeito, especialmente, à cidadania ativa das pessoas com sofrimento mental.

No Brasil, o CFP tem investido no intercâmbio de conhecimento sobre o tema para estimular o avanço da reforma psiquiátrica. Membro do International Recovery and Citizenship Council (IRCC) desde 2014, com assento e representação institucional no grupo, a autarquia tem estimulado o debate para a troca de conhecimento, experiências e a avaliação crítica no contexto brasileiro para poder inspirar programas efetivamente adaptados às condições e à direção ético-política da reforma no Brasil.

De acordo com a psicóloga Graziela do Carmo Reis, coordenadora do evento, apesar dos significativos avanços produzidos nos últimos anos, obstáculos e dificuldades em fazer avançar a reforma psiquiátrica continuam sendo o maior desafio. “Ainda vivemos num Estado Democrático de Direito frágil e excludente. Os usuários dos serviços em saúde mental ainda vivem em vulnerabilidade psicossocial e sofrem

diferentes modalidades de violência. As redes de apoio aos usuários, familiares e serviços ainda precisam ser fortalecidas e reconhecidas socialmente”, afirma Reis, que representa o CFP no IRCC.

Prêmio

Fruto de parceria entre a autarquia e o Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o prêmio Inclusão Social: arte, cultura e trabalho contemplou, também em maio, experiências de usuários e familiares em projetos econômico-sociais, organizações não governamentais (ONGs) e em equipes interdisciplinares da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.

Na cerimônia de entrega dos prêmios, transmitida em tempo real, a presidente do CFP, Mariza Borges, abordou a importância da valorização do trabalho da Psicologia na Saúde Mental em um momento político que pode causar perdas de direitos. “Essa premiação ocorre em razão de

trabalhos realizados que envolvem a população, o foco principal para a mudança. É de onde virá o protagonismo contra toda e qualquer medida que reduza direitos duramente conquistados pelos brasileiros”, ressaltou.

Para Aparecida Rosângela Silveira, integrante de seleção do prêmio e da Comissão de Saúde do CFP, “o resultado da premiação revela que existem muitas iniciativas ricas em nosso território que são inspiradoras em direção à superação de um grande descompasso na Reforma Psiquiátrica brasileira, em busca de inserção social e autonomia dos usuários”.

Cursos

“Políticas Nacionais de Saúde Mental” é o novo curso do OrientaPsi, plataforma interativa de debates, integração e aperfeiçoamento profissional e acadêmico do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Apresentado pelo doutor em Psicologia Social Marcos Roberto Vieira Garcia, professor do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), o curso tem especial enfoque na atenção aos usuários de álcool e outras drogas.

Além deste, estão disponíveis no portal os cursos “Saúde Mental e Gênero” e “Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: Um Diálogo Indispensável”.

Em campo, a Psicologia do Esporte

Em ano de Olimpíadas, a área temática da Psicologia tem avançado debates, pesquisas e ações que visam ao seu fortalecimento

Dois anos após a Copa do Mundo de Futebol, o Brasil volta a ser centro das atenções do esporte mundial com a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, em agosto deste ano. Além do foco no físico e na técnica dos atletas, a preparação psicológica é componente fundamental para o sucesso e/ou fracasso dos (as) jogadores (as).

O tema tem suscitado muitos debates, tanto na comunidade acadêmica quanto no campo aplicado. Esta é uma área que compõe as ciências do esporte, e estuda os fatores psicológicos associados à participação do indivíduo em contextos relacionados às práticas esportivas, exercícios físicos e atividades físicas. Em abril desse ano, na cidade de Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram realizados o 9º Congresso Internacional e 16º Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte e do Exercício (Conbipe). Durante três dias, diferentes temas de interesse da Psicologia do Esporte foram abordados, como personalidade, carreira atlética, aspectos cognitivos, técnicas para a melhoria de desempenho, entre outros, mobilizando em torno de 500 profissionais e estudantes do Brasil e do mundo.

No evento, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) contou com as participações da presidente da autarquia, Mariza Borges, e a representante do Coletivo Ampliado em Psicologia do Esporte, Luciana Ferreira Angelo. Ela falou sobre as oportunidades do campo de trabalho com os atletas considerados em fim de carreira. Como desafio, a pesquisadora apontou que muitos não se preparam para o futuro pós-carreira atlética e, mesmo aqueles que o fazem, seguem para áreas relacionadas ao contexto esportivo. “Há poucos programas que tratam do tema nas categorias de base e que abor-

dem a escolha de tornar-se ou não profissionais do esporte, bem como há pouco cuidado na transição de carreira dos profissionais com exemplos quase inexistentes de orientação profissional”, observou.

Dunga e a pisada na bola

Apenas nove dias após a realização dos Congressos em Belo Horizonte, quando se discutiu a importância da Psicologia do Esporte em diversos aspectos para o desenvolvimento do atleta, o então treinador da seleção brasileira de futebol masculino, Dunga, declarou em evento organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que não havia a necessidade de se ter um (a) psicólogo (a) na seleção.

A reação negativa da categoria foi imediata, e o CFP, em 27 de maio, publicou nota em resposta às declarações do treinador. Em um dos trechos do documento, o Conselho afirma que “Deixar de considerar a preparação ou treinamento psicológico é ignorar a importância da relação entre os aspectos psicofísicos e psicossociais, determinantes para o alcance dos objetivos e dos resultados esperados pelo atleta ou pela equipe de alto rendimento”. Muitos Conselhos Regionais de Psicologia também se manifestaram publicamente sobre o fato.

“

Deixar de considerar a preparação ou treinamento psicológico é ignorar a importância da relação entre os aspectos psicofísicos e psicossociais

A equipe do Jornal do Federal ouviu profissionais da Psicologia do Esporte que atuam no futebol, esporte mais praticado no país.

Luciana Angelo destaca que a confidencialidade é um dos aspectos fundamentais do trabalho. “Muitas vezes a confidencialidade é fator primordial, pois alguns atletas ou membros da comissão técnica podem apresentar disfunções em relação à atenção e à motivação. Alguns podem, inclusive, precisar de ações preventivas em relação a lesões, ao tratamento da reabilitação, ou sofrer transtornos emocionais, alteração de estado de ânimo, entre outros. A (o) psicóloga (o) precisa ter conhecimento não só dos aspectos cognitivos, mas dos aspectos emocionais e psicossociais do contexto esportivo”, reforça.

O psicólogo das categorias de base do Sport Club do Recife (PE) e integrante do Grupo de Trabalho Nacional de Psicologia e Esporte da Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (Apaf), Murilo Toledo Calafange, aponta que a Psicologia aplicada ao âmbito esportivo avançou, mas que no futebol alguns tabus ainda permanecem diante da falta de conhecimento – como se a Psicologia se limitasse ao aspecto clínico e a experiências pontuais malsucedidas, o que, segundo ele, causa resistência em alguns treinadores.

Calafange diz, ainda, que a Psicologia do Esporte já não é mais assunto tão debatido em países com maior desenvolvimento esportivo porque esse tipo de trabalho já está incorporado ao cotidiano, a exemplo da Federação Alemã de Futebol. “No Brasil ainda temos muito o que conquistar, apesar de já estarmos conquistando muitas coisas, quebrando barreiras, ultrapassando obstáculos e mostrando realmente qual é a nossa função,

qual o nosso papel, e a importância do (a) psicólogo (a) junto aos atletas de futebol em formação e junto aos atletas profissionais”.

O psicólogo José Aníbal Azevedo Marques, que atuou em clubes como o Botafogo (RJ) e o Palmeiras (SP) e hoje é consultor em Psicologia do Esporte, explica que há três pontos que precisam ser considerados





Foto: Shutterstock

Proximidade das Olimpíadas amplia o debate sobre o tema no país

balho da Psicofisiologia, o monitoramento da frequência cardíaca ou da resposta galvânica da pele pela sudorese, pelas glândulas sudoríparas, quando muito ansioso ou muito nervoso, ajudam no processo de concentração e atenção e tomada de decisão. Como a parceria com o médico do Esporte, com a Medicina Esportiva, pode contribuir na recuperação, no processo de recuperação de lesões, entre outras coisas”, exemplifica Marques.

Para o psicólogo das categorias de base do Cruzeiro Esporte Clube (MG), Jairo Stacanelli, são quatro os pilares para se pensar em um trabalho bem sucedido em Psicologia do Esporte. “O primeiro é o do desenvolvimento físico: fazer com que o atleta desenvolva o seu corpo para a modalidade a qual ele se dispõe. O segundo ponto é a questão técnica, para que o atleta desenvolva o ato esportivo da melhor forma. O terceiro pilar é uma questão tática, saber jogar o jogo de acordo com a competição, de acordo com aquilo que a modalidade exige do atleta; por fim, a questão psicossocial, o atleta tem de estar psicologicamente bem para atuar frente ao jogo. Qualquer projeto técnico se baseia nesses quatro pontos”.

Pesquisa

O Grupo de Trabalho (GT) da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de Psicologia e Esporte realizou, de fevereiro a maio deste ano, uma pesquisa no site do CFP sobre quem são e onde estão as (os) psicólogas (os) do Esporte. Os resultados já foram coletados e estão sendo analisados pelo colegiado e pela Gerência Técnica da autarquia. Os dados quantitativos e a análise qualitativa serão divulgados na próxima edição do Jornal do Federal. Acompanhe!

para compreender essa visão mais superficial que ainda se tem da Psicologia do Esporte no Brasil: os usos indevidos de conceitos e ferramentas da Psicologia Clínica e da Psicologia Organizacional para a Psicologia do Esporte, a falta de cultura de trabalho interdisciplinar e o entendimento de como, especificamente, essa relação interdisciplinar pode se

“
Muitas vezes
a confidencialidade
é fator primordial

concretizar na atuação da (o) psicóloga (o) do Esporte. “Uma assessoria com análise de desempenho, como se pode compreender ou perceber padrões e comportamentos táticos, por exemplo, que possam ser trabalhados e desenvolvidos com atletas como equipe, de acordo com categorias individuais ou coletivas, ou a parceria com a Fisiologia ou o tra-



Rotina de atividades e treinamentos com os alunos e alunas do Colégio Eduardo Gomes, em São Caetano do Sul (SP)

O Esporte e a Psicologia no desenvolvimento de crianças e adolescentes

Sandra Regina Quinzani relata sua atuação no projeto “Escolas de Atletas EG”, em São Paulo

O espaço “Fala, Psicólog@” desta edição conta a experiência de uma profissional da Região Sudeste, Sandra Regina Quinzani. Ela falou ao Jornal do Federal sobre sua atuação como psicóloga do Esporte no Colégio Eduardo Gomes, em São Caetano do Sul (SP), por meio

de um projeto social que implantou o esporte na área educacional. Denominado “Escola de Atletas EG”, o programa atende também as crianças da comunidade. No próximo número, o JF volta a contemplar a realidade de trabalho de um(a) profissional do Nordeste do país. Para

participar, envie um e-mail para jornaldofederal@cfp.org.br, sinalizando seu interesse, ou mande uma mensagem para a página do CFP no Facebook. Confira a entrevista.

Qual é sua área de atuação na Psicologia?

Atuo como psicóloga do Esporte e de Cultura no Colégio Eduardo Gomes, situado em São Caetano do Sul, trabalhando com categorias de base nas seguintes modalidades: Handebol, Judô, Natação, Ginástica Rítmica, Dança, Teatro e Robótica.



Fotos: Arquivo pessoal



Entre os dias 04 e 07 de maio, Sandra Quinzani acompanhou a Equipe de Robótica do Colégio Eduardo Gomes, em um torneio internacional, em Tenerife - Espanha, onde conquistaram o prêmio de 3º lugar em Programação

ção das tarefas psicológicas sempre devem estar de acordo com a estrutura da modalidade com que o(a) profissional se propõe a trabalhar. Cada modalidade esportiva possui suas particularidades e habilidades específicas a serem desenvolvidas.

Ao trabalhar com categorias de base, por exemplo, a visão deve estar voltada para a promoção de saúde, comunicação, relações interpessoais, liderança e melhora do desempenho esportivo (físico e emocional).

O que você considera mais positivo em relação ao seu cotidiano de trabalho?

O mais positivo no desenvolvimento de meu trabalho é a possibilidade de atuar com todas as modalidades esportivas, o que me proporciona uma visão bem ampla.

Além das modalidades esportivas, acompanho, as cultu-

rais e uma equipe de Robótica. Na equipe de Robótica, tenho a possibilidade de viver o meio competitivo de uma forma bem diferenciada, em que a cooperação é a base de todo o processo.

A Robótica tem como parceiro a Lego, em um programa criado para crianças e adolescentes entre nove e 16 anos com o intuito de despertar o interesse pela ciência, engenharia, tecnologia, matemática e empreendedorismo, além de ensinar competências importantes para o desenvolvimento futuro.

Entre os dias 4 e 7 de maio deste ano, acompanhei a Equipe de Robótica em um torneio internacional, em Tenerife (Espanha). Lá, eles conquistaram o prêmio de 3º lugar em Programação.

Quais as limitações que você encontra no seu cotidiano de trabalho?

Apesar do envolvimento com as equipes, muitas vezes me depa-ro com limitações na prática efetiva da Psicologia do Esporte. Isso deve-se à resistência de alguns técnicos, ainda céticos quanto aos benefícios que a mesma pode proporcionar aos atletas, seja por falta de conhecimento ou insegurança de ter um (a) psicólogo (a) compondo sua comissão técnica.

Como é sua rotina de trabalho?

Acompanho as equipes das modalidades citadas, com atendimentos semanais, seguindo a periodização de cada uma delas e atendimentos individuais, conforme a necessidade.

O trabalho é dividido em quatro fases. Na preparatória, é voltado ao autoconhecimento, consciência corporal, reconhecimento das emoções, coesão grupal e avaliação psicológica, além do desenvolvimento das competências e habilidades emocionais. São aplicados questionários e testes,

realizadas reuniões com pais e dinâmicas de grupo, e também envolve a observação sistemática em treinos e jogos, conversas, palestras motivacionais e dinâmicas de grupo. Na fase pré-competitiva, são aprimoradas as competências e habilidades emocionais. Já a fase competitiva abrange o suporte emocional, com o objetivo de aliviar a pressão inerente ao período e ajuste emocional às demandas provenientes das competições, e na fase de transição é feita a reavaliação psicológica.

O desenvolvimento e a aplica-



Reuniões, debates online e cursos integraram as ações da Comissão

Enfrentamento ao Racismo articula o trabalho da Comissão de Direitos Humanos do CFP em 2016

Superação de violências associadas ao racismo e a preconceitos étnicos é o eixo central das ações promovidas neste ano, após os temas violência de Estado, de gênero e políticas sobre drogas

Todas as práticas profissionais que respeitam a ética devem necessariamente garantir a dignidade, a autonomia, a igualdade e a liberdade de todos os seres humanos. São os princípios que constam do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que orientam eticamente o trabalho de todos os profissionais. Desde a posse da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP), em abril de 2014, entretanto, reconhecíamos que as (os) psicólogas (os) sabem pouco sobre a história dos Direitos Humanos (DH) e seus princípios – lacuna de formação que esta gestão decidiu problematizar e debater.

Os estadistas do pós-guerra que produziram a Declaração dos DH para a governança e para as práticas profissionais estavam bastante conscientes de que a intolerância política e religiosa, sempre de base étnico-racial, poderia extinguir a humanidade – potencial demonstrado já com as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki. Ou, ainda, como a intolerância valida o genocídio de povos e segmentos populacionais, chacinas e guerras contra pessoas que serão consideradas sem direitos, como testemunhamos ainda hoje. O sentido original da Declaração dos Direitos Humanos é inspirar a produção cotidiana e global da convivência pacífica entre

pessoas diferentes, entre valores e crenças diversas, das diferentes tradições culturais e religiosas e as variadas posições sobre o governar e a política. Essa convivência democrática é fundamental para a paz.

Justamente no período de nossa gestão, a intolerância e a violência dela decorrente se acirraram, inclusive no Brasil; precisávamos conversar com as (os) psicólogas (os) a respeito, enquanto representávamos a categoria nas diferentes redes e instituições que o CFP ocupa no plano nacional. Ao dedicar parte importante de nosso esforço coletivo à atualização do debate no campo dos Direitos Humanos, raro na formação de psicólogas e psicólogos,

priorizamos quatro eixos de trabalho (confira o quadro) e escolhemos as redes nacionais e internacionais que, analisávamos, seriam mais relevantes neste período. Ao fazer um balanço de dois anos de trabalho, foi notável como as prioridades estabelecidas estavam corretas.

À opção preferencial pela internet – debates online e cursos disponibilizados por meio da plataforma OrientaPsi, inovação desta gestão – somamos iniciativas de formação de todo o corpo de funcionários do CFP em Direitos Humanos, com resultados crescentes. Desde os anos 1990 renovaram-se as teorias e as práticas que incorporaram os avanços da pesquisa científica sobre de-



toriais permitiu ações locais para o enfrentamento da violação e da negligência de Direitos Humanos. Sem deixar de lado temas clássicos da área (como crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência), os quatro eixos priorizados pelo CFP foram também relevantes para o diálogo com a categoria e para responder ao que emergiu em cada regional.

Nunca pretendemos unificar completamente as ações nacionais. Buscamos acolher diferentes visões e garantir a criatividade e autonomia de cada regional frente a seus inscritos; assim, reconhecemos que as práticas psicológicas enfrentam diferentes contextos, inclusive quando tomamos a perspectiva compartilhada dos Direitos Humanos. Os diferentes regionais articularam esses eixos de acordo com a realidade local, com ênfases e estilos diferentes. Ouvimos dos representantes dos re-

gionais, na reunião anual de 2016, como esses eixos interpelam as práticas dos psicólogos em todos os setores, nos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (Suas), nas escolas, nas clínicas, no mundo do trabalho, no sistema prisional e nas instituições dedicadas à prevenção e ao cuidado do sofrimento psicológico e psicossocial de indígenas, moradores de comunidades faveladas e periféricas, juventude negra, mulheres e minorias sexuais e de gênero, e certamente avançamos na mesma direção sem impor centralismos limitantes.

Em nossas representações nacionais, por outro lado, a transversalidade desses quatro eixos foi absorvida sistematicamente pelos nossos representantes, com destaque para o reconhecimento do papel do CFP no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Entre outros temas e por nossa iniciativa, introduziu a reparação psíquica/psicossocial dos afetados por barragens em Mariana e Belo Monte. Tem destaque também o trabalho relativo às políticas de drogas e à situação da população encarcerada – que também garantiu a recondução unânime no Comitê Nacional de Combate à Tortura, órgão do Estado brasileiro de defesa de direitos.

“
Ao fazer um balanço de dois anos de trabalho, foi notável como as prioridades estabelecidas estavam corretas.”

Vera Paiva é coordenadora da CDH/CFP

sigualdade e a avaliação de políticas públicas, que também se beneficiaram do final da Guerra Fria quando a integralidade dos Direitos Humanos foi retomada globalmente nas Nações Unidas. A integralidade original pensava direitos sociais e econômicos, além de civis e políticos, portanto, em direitos coletivos e individuais. Vários cursos e debates disponíveis no site do CFP, então, recuperaram essa perspectiva. De bastante repercussão, tivemos o que marcou o Dia do Psicólogo (2015) sobre a “Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico” seguido do curso sobre “Fundamentos Demo-

cráticos da Laicidade” e “Laicidades: Neutralidade e Pluriconfessionalidade”. Também o debate sobre “Antiproibicionismo: Porque Precisamos Mudar as Políticas sobre Drogas no Brasil e no Mundo” e sobre “Violência Contra a Mulher e o Papel dos Profissionais de Psicologia”.

Na segunda reunião anual, com representantes de Comissões de Direitos Humanos de quase todos os CRPs, em março de 2016, foi possível observar como avançamos inspirados pela priorização de eixos que escolhemos. Paralelamente ao que se fez no plano federal, a inserção da maioria dos CRPs em redes interse-

Destaques da ação da CDH/CFP e seus quatro eixos de trabalho

1º EIXO: “Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura” foi tema central de 2014, quando nós, brasileiros, discutíamos os 50 anos da ditadura civil-militar, os horrores da tortura e perseguição de opositores políticos. Em 2015, colaboramos com a ação do Grupo de Trabalho sobre Manicômios Judiciários, que realizou a inspeção que envolveu a maioria dos CRs.

2º EIXO: “Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais”, prioridade de 2015, quando iniciamos o programa de debate e vídeos sobre despatologização disponíveis no site e uma ar-

ticulação para aprofundar esse debate com o Conselho Federal de Medicina, em curso, que a evolução da conjuntura mostrou ser uma escolha correta. Em 2016, apoiamos a realização da 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT no Brasil.

3º EIXO: “Direitos e Assistência aos usuários de drogas e suas famílias” foi foco de nossa atenção em 2015, quando enfrentamos o debate sobre a regulamentação das Comunidades Terapêuticas com uma posição do Conselho que articulamos em vários fóruns >> <http://bit.ly/2a6qZ9J>

4º EIXO: “Enfrentamento das violências associadas ao racismo e a preconceitos étnicos” é o tema articulador de todas as ações de 2016, e foi tema nos debates sobre “Genocídio da juventude negra no Brasil” e o debate “Terror de Estado e Violência de Estado. Como Prevenir? Como Reparar os danos?”. Introduzimos na nossa articulação nacional com a Comissão de Mortos e Desaparecidos e em iniciativas do Ministério da Justiça o tema do racismo contra negros e indígenas. As relações raciais, em 2016, serão tema de concurso de cartazes para chamar atenção para a resolução CFP 18/2002.

Você e a gestão da Psicologia nos próximos três anos

Eleições do Sistema Conselhos serão realizadas de 24 a 27 de agosto, e a (o) psicóloga (o) precisa estar com o cadastro em dia para votar

Como você já sabe, as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia serão realizadas de 24 a 27 de agosto. O voto das (os) psicólogas (os) definirá a chapa federal e as regionais responsáveis por conduzir as ações e políticas relacionadas à profissão nos próximos três anos.

Assim, antes de qualquer coisa, assegure-se de estar com as informações em dia no Cadastro Nacional de Psicólogas (os). É condição necessária para votar! As (os) profissionais que ainda não atualizaram seus dados pessoais podem fazer isso até 4 de agosto pela internet (cadastro.cfp.org.br) ou diretamente em seu Conselho Regional (CRP). O prazo do recadastramento termina às 16h desse dia.

Os encartes especiais deste Jornal trazem tudo o que você precisa saber sobre as quatro chapas que concorrem à Consulta Nacional do CFP, gestão 2017-2019. A plataforma

de propostas e a lista nominal de cada chapa também podem ser conferidas no site do processo eleitoral > eleicoespsicologia.org.br.

As inscritas são: a Chapa 21 – “Renovação da Psicologia”; a Chapa 22 – “Fortalecer a Profissão”; a Chapa 23 – “Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania”; e a Chapa 24 – “Psicólogos em Ação”.

As informações sobre as chapas e candidatas (os) inscritas para os CRPs, bem como a respectiva plataforma, também estão no site.

Debate e orientações

Representantes das chapas nacionais participarão de debate online no dia 8 de agosto, às 19h. Para subsidiar a discussão, a equipe técnica do CFP publicou a versão preliminar do Caderno de Deliberações do 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP). O documento deve nortear

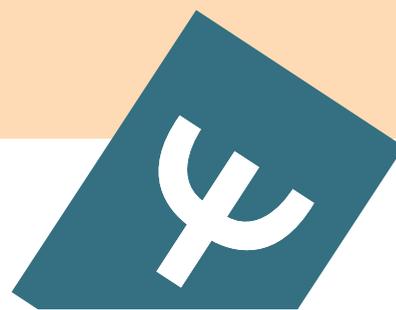
as próximas gestões da autarquia federal e dos CRPs, e você pode lê-lo aqui > 9cnp.cfp.org.br/publicacoes

Um vídeo publicado pelo CFP explica passo a passo como usar o site das eleições do Sistema e participar das votações. Está no canal da autarquia > youtube.com/confederalpsicologia

Ao acessar o site das eleições, você deve escolher o seu Regional e

verificar se está apta (o) a votar, na área “Colégio Eleitoral”. No site constam links de dúvidas frequentes, central de atendimento (por telefone ou online), documentos relativos ao processo eleitoral e seu calendário.

A votação eletrônica se encerra às 17h do dia 27, horário local. A presencial, nos postos de votação, será exclusivamente nesse dia, das 8h às 17h, horário local.



ELEIÇÕES PSICOLOGIA 2016



Foto: CFP



Até o final de agosto a categoria conhecerá as contribuições enviadas para aperfeiçoar a Resolução 2/2013

Consultas públicas ampliam espaços de participação da categoria

Duas consultas realizadas pelo CFP aperfeiçoam normas e resoluções e mostram a vontade das (os) psicólogas (os) de participar ativamente desses processos

Ampliar o diálogo com a categoria, desenvolver processos e ações que atendam às necessidades e sugestões dos profissionais. Nesse sentido o 16º plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) investe, cada vez mais, em consultas públicas que, com a participação das (os) profissionais, aperfeiçoam as normas e resoluções do Conselho. Duas consultas realizadas recentemente pela autarquia também mostraram a vontade das (os) psicólogas (os) de participar ativamente desses processos.

Em junho, consulta pública sobre testes psicológicos teve como objetivo aprimorar as regras que regem essa prática, reunindo contribuições para modificar a Resolução 2/2003 do CFP. Foram recebidas 460 contribuições de todos os estados do país.

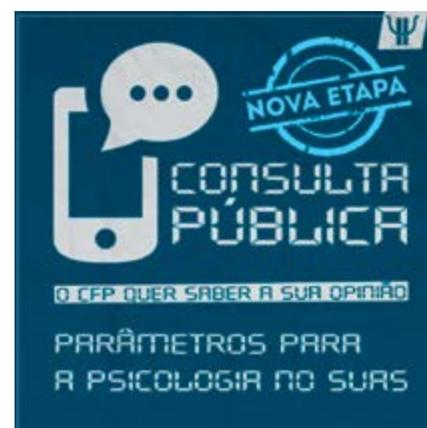
A Resolução define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização dos testes. Com a revisão dessas normas o CFP busca adequá-las às necessidades de ordem ética, técnica e científica, além de dinamizar

a produção científica de instrumentos psicológicos e dar celeridade ao fluxo de trabalho do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) do Conselho. Estavam habilitadas (os) a participar todas (os) as (os) profissionais inscritas (os) no Cadastro Nacional de Psicólogas (os). O coordenador da Comissão Nacional de Avaliação Psicológica (CCAP) do CFP, João Alchieri, destaca o ineditismo e sucesso do processo participativo.

“A CCAP e o Conselho Federal de Psicologia, em geral, consultam pesquisadores, membros de órgãos como o Detran, por exemplo. Porém, essa é a primeira consulta em avaliação psicológica realizada no país que reunirá respostas das (os) psicólogas (os) que no dia a dia fazem a aplicação e correção desses testes, e que apontam para a necessidade de atualização dessas normas do Conselho”, pontua.

Alchieri destaca que dentre as contribuições recebidas na consulta pública está o pedido de modi-

ficações em artigos da resolução; sugestões de redução no tempo de validade dos testes psicológicos, que atualmente é de 15 anos; e atualização e maior clareza dos manuais utilizados para esses testes. “Eu creio que os psicólogos estão atualizados a ponto de perceber que a sociedade exige mudanças mais rápidas do que a legislação consegue fazer, e isso fica evidente na Resolução 2/2003”, conclui o coordenador



da CCAP. A previsão é que até o final de agosto a categoria tenha acesso às sugestões já sistematizadas.

Parâmetros para atuação no Suas

A definição de novos parâmetros para a atuação dos profissionais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi tema de outra consulta pública, lançada em julho. As sugestões recebidas irão auxiliar na elaboração de nota técnica com essa finalidade. Na primeira fase foram recebidas 280 contribuições, das cinco regiões do país.

Para aperfeiçoar ainda mais o documento, que auxiliará as (os) profissionais que atuam no âmbito do Suas, foi lançada uma segunda fase da consulta, no período de 19 de julho a 11 de agosto. Estima-se que 23 mil psicólogas (os) atuem na área em todo o Brasil.

A psicóloga Carla Ribeiro, da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas) do CFP, aponta que a elaboração da nota é uma demanda histórica. “Os profissionais que atuam no Suas se contentam, parcialmente, com as publicações do Crepop (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas), que orientam e fazem referência à prática profissional. Mas ainda não tínhamos um documento que passasse por parâmetros para atuação em todo o Suas, no campo da gestão e da concessão de benefícios”, afirma. “Esse documento cumprirá esse papel, será um texto mais sintético, direcionado a uma diretriz que faz o enquadramento das práticas profissionais. Os (as) trabalhadores (as) têm muito a contribuir e muito a dizer do que fazer e de como fazer, assim como os limites e as possibilidades desse fazer”, avalia.

Além de orientações gerais e referentes à gestão do Sistema, a nota propõe diretrizes específicas para os três níveis de complexidade em que se organizam a rede de assistência e os variados equipamentos de proteção social que a compõem, voltados a segmentos específicos em situação de vulnerabilidade.



Foto: Shutterstock

Propalar a realização de tratamento e cura da homossexualidade contribui com a patologização da orientação sexual do indivíduo, afirma TRF

CFP defende e Justiça mantém Resolução 1/99

Em junho, Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve validade de norma que veta prática de terapias na linha conhecida como “cura gay”, afirma TRF

A Resolução CFP 1/99, que estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) em relação a orientação sexual, é coerente com a legislação vigente, a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental ao livre exercício profissional. A conclusão é do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2 – Rio de Janeiro e Espírito Santo),

que manteve, em junho, a validade da resolução do Conselho Federal de Psicologia ao rejeitar uma apelação que procurava derrubar sentença de 2012 no mesmo sentido.

O recurso, indeferido unanimemente pela 7ª Turma Especializada do TRF, tinha sido apresentado pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, autor da Ação Ci-

vil Pública 18794-17.2011.4.02.5101 – que visava anular a Resolução e todos os processos éticos concluídos com base nela. O processo teve como relator na 7ª Turma o desembargador federal Sergio Schwaitzer, que acolheu os argumentos da autarquia.

Para os magistrados, a Resolução 1/99 “apresenta justa coor-

denação com os termos da Lei nº 5.766/71” (que criou o Conselho, com a atribuição para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo) e não promove inovação da ordem jurídico-legal – apenas baliza a atuação profissional, “impedindo a promoção de quaisquer tipos de ações que impliquem, direta ou indiretamen-

te, o reforço de uma pecha culturalmente sedimentada na sociedade no sentido de que a homossexualidade consiste em doença, distúrbio, transtorno ou perversão”.

Publicado em julho, o acórdão da decisão lembra, ainda, a rejeição, pela Câmara dos Deputados, de proposições legislativas voltadas à regulamentação do tratamento e da cura da homossexualidade. Como propostas rejeitadas pelos parlamentares, são citados o Projeto de Lei 2.177-A/2003, que propunha um “programa de auxílio e assistência à reorientação sexual”, e o Projeto de Decreto Legislativo 1.640/2009, que visava sustar a aplicação das normas previstas pela Resolução.

O Tribunal ressalta que cabe à (ao) psicóloga (o) prestar auxílio profissional ao indivíduo que a (o) procura, seja homossexual ou não. E que “propalar a realização de tratamento e cura da homossexualidade contribui com a patologização da orientação sexual do indivíduo, o que não se coaduna com o teor da nota constante na CID-10 F.66, segundo a qual ‘A orientação sexual por si não deve ser vista como um transtorno’”. A categoria citada da Classificação Internacional de Doenças lista os transtornos psicológicos e comportamentais associados ao desenvolvimento sexual e à sua orientação.

Contra o preconceito e a discriminação

Para o desembargador Schwaitzer, a Resolução 1/99 foi editada “em perfeita coordenação com os ditames da Lei nº 5.766/71”. Em seu voto, ele frisa que cabe licitamente ao CFP vedar a adoção de intervenções psicoterapêuticas “que, além de carecer de maiores resultados que evidenciem a sua validade científica, estigmatizam os homossexuais como sujeitos ‘desviados’ de sua orientação sexual originária”.

Segundo o magistrado, tal ótica sujeitaria o desejo humano e a construção de sua identidade a um determinismo biológico, “o que



Foto: GNU

Segundo a decisão, o ato normativo do Conselho zela para evitar a perpetuação de uma cultura de preconceito e discriminação

contrasta com as ideias já sedimentadas de que (a) o homem se constitui como um ser biopsicossocial, conceito este agasalhado pela Organização Mundial de Saúde, e de que (b) a orientação sexual prevalente no sujeito não está obrigatoriamente subjugada aos seus caracteres sexuais primários e secundários”. Dessa forma, a seu ver, o ato normativo administrativo zela para evitar a perpetuação de uma cultura de preconceito e discriminação.

Ao não acatar o recurso do MPF, o relator Schwaitzer avalia que o tema exige prudência, cautela, e que seria “irrazoável, e até mesmo temerário para a nossa sociedade” que o Poder Judiciário se imiscuisse no mé-

rito da questão em substituição ao órgão máximo de controle do exercício da profissão e à sua “lídima e proficiente atuação normativa”.

Defesa

O CFP foi representado pelos advogados Victor Neiva (coordenador jurídico da autarquia) e Mariana Kreimer Melucci.

Nos memoriais apresentados ao magistrado e acolhidos na sentença judicial, o Conselho, por meio de seus representantes, argumentou que “a Resolução foi fruto de profunda discussão com toda a categoria das (os) psicólogas (os) e parte de decisão da Organização Mundial da Saúde (em

1990) que afasta a homossexualidade do rol de patologias” – e, portanto, daquilo que pode ser alvo de “cura”.

A peça lembra que o objetivo da Resolução 1/99 é ratificar o direito à liberdade de orientação sexual e reafirmar princípios fundamentais da atuação da (o) psicóloga (o), como o respeito e a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, “apoia-nos nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, conforme consta no Código de Ética Profissional.

“O Conselho Federal de Psicologia, assim como as autarquias dos demais conselhos de classe e profissionais, recebe uma delegação do Estado para regular o exercício da respectiva profissão”, comenta o conselheiro do CFP Rogério Oliveira. “Nesse sentido, está sempre, do ponto de vista infralegal, submetido à Constituição Federal do país, que é, hoje, voltada para a promoção dos direitos, para a inclusão social. Além disso, recebe essa delegação porque é a própria categoria, o próprio coletivo corporativo, que tem o conhecimento específico e a competência para dizer sobre os limites da ciência.” A decisão da Justiça, conclui ele, demonstra que o conteúdo da Resolução e sua aplicação estão de acordo com a missão da entidade e os princípios que norteiam sua atuação.

Até 1º de agosto, o MPF pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão.

“

A decisão da Justiça demonstra que o conteúdo da Resolução e sua aplicação estão de acordo com a missão da entidade e os princípios que norteiam sua atuação

Respeito à identidade no consultório e no debate público

A Resolução CFP 1/99 proíbe psicólogas (os) de exercerem qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados – ueta, portanto, a prática de terapias na linha conhecida como “cura gay”. Acesse a norma > <http://bit.ly/2a33WNj>

Conheça o site da comissão de psicologia na educação

PSYNAED.cfp.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia

Glauco Bardella, um pioneiro

Conheça um pouco da história de uma referência na área dos testes psicológicos brasileiros, cuja trajetória se confunde com a da própria Psicologia no país

Em 1954, quem queria estudar Psicologia na Universidade de São Paulo (USP) tinha de cursar Filosofia, Ciências Sociais ou Pedagogia, nos quais era disciplina obrigatória. Foi naquele ano que José Glauco Bardella, um jovem de 21 anos que nasceu em Botucatu, no interior paulista, optou pelo curso de Pedagogia com a intenção de se especializar em Psicologia.

Os anos de formação universitária de Bardella coincidiram com o processo de consolidação da Psicologia rumo à regulamentação profissional. Naquele período, apesar da participação de médicos, psiquiatras e até mesmo engenheiros, foram os educadores que mais contribuíram para a evolução da Psicologia no país. Ficava na Pedagogia um dos mais importantes laboratórios do Brasil, ligado à cátedra de Psicologia Educacional. De 1938 a 1954, a cátedra foi dirigida por Noemy da Silveira Rudolfer, e de 1954 a 1970, por Arrigo Angelini. No laboratório, foram realizados estudos e investigações de interesse da Educação, como a aferição de testes de inteligência e organização de provas de rendimento escolar, estudo clínico de casos-problema e orientação educacional.

A partir dos anos 1930, consolidaram-se três campos de atuação da Psicologia no país: educação, clínica e organização do trabalho. O grande desenvolvimento industrial do Brasil, sobretudo no pós-guerra, acarretou a necessidade crescente da aplicação da Psicologia na seleção e no treinamento de mão de obra qualificada tanto para a indústria e o comércio, quanto para o setor de transporte. A instrumentação utilizada pelos pesquisadores da época estava amparada nos testes psicológicos de inteligência, aptidão, interes-

ses e personalidade. Eles formaram a base do trabalho de institutos criados para esse fim. Um grande número de psicólogos (as), como Bardella, iniciou suas atividades profissionais nessas instituições ou em empresas que tinham seu próprio departamento de seleção de pessoal.

Em 1947, surgiu o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (Isop), no Rio de Janeiro, dirigido inicialmente pelo respeitado psiquiatra Emilio Mira y López. Sua atuação foi marcante na seleção, orientação profissional e formação de especialistas em diversas áreas. Ele é autor de vários livros, entre eles, *Psicología evolutiva del niño e del adolescente* (1941), *Manual de orientación profesional* (1952) e *Psicología experimental* (1955). O PMK, teste de personalidade criado por Mira y López, se tornaria mais tarde uma das expertises de Glauco Bardella.

Outro profissional que veio de fora para ministrar cursos e treinar grupos foi o psicólogo francês Pierre Weil, a convite do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1948. Durante a década seguinte, Weil chefiou a Seção de Orientação e Seleção Profissional do Departamento Nacional do Senac e, a partir de 1958, comandou o Departamento de Orientação e Formação do Banco da Lavoura de Minas Gerais.

“

Graças à sua visão empreendedora, os psicólogos e as empresas começaram a ter um instrumento de trabalho mais adequado



Foto: Vetor Editora

Psicólogo atuou na regulamentação da profissão e foi um dos responsáveis por adequar os testes à população brasileira

E foi justamente nessa área pioneira que Glauco iniciou sua carreira profissional na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), uma empresa pública de São Paulo com sólidos departamentos de seleção e formação de pessoas. Foi Walter Hugo de Andrade Cunha, professor de Psicologia da USP e chefe de departamento na CMTC, quem o chamou para prestar o concurso em 1955, o primeiro ano em que a empresa exigiu que os concursados fossem estudantes ou formandos em Pedagogia. Depois de formado, ele se desligou da CMTC e passou a trabalhar como psicólogo no Departamento dos Institutos Penais do Estado (Dipe), a convite do psiquiatra Cícero Cristiano de Souza.

Adequação

Em 1964, dois anos após a Psicologia ter sido regulamentada (com a contribuição ativa de Bardella), uma ideia amadurecia em sua mente: elaborar tabelas de testes psicológicos para a população brasileira. Até então, a quase totalidade dos testes comercializados utilizava tabelas baseadas em populações estrangeiras. Naquele ano, ele já era um dos

sócios do Centro de Psicologia Aplicada, um dos locais de seleção de pessoal e dos mais conhecidos distribuidores de testes da cidade de São Paulo, e sabia que os padrões americanos não condiziam com a realidade brasileira. Era chegada a hora de mudar essa situação e atender às necessidades de um mercado que crescia a olhos vistos.

Da teoria à prática, logo o centro passou a distribuir gratuitamente as tabelas junto com os testes que vendia, como o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), o Differential Aptitude Test (DAT) e o Army Test. Graças à visão empreendedora de Glauco Bardella, as (os) psicólogas (os) e as empresas começaram a ter um instrumento de trabalho mais adequado.

Dessa ideia é que Bardella, em parceria com Octávio Bastos, Berje Raphaelian e Pedro Paulo Poppovic, fundou, em 1966, a Vetor Editora Psicopedagógica, empresa que se tornou referência na área de publicação de instrumentos psicológicos no Brasil, além de pioneira em privilegiar autores de testes nacionais.

Fonte: Vetor Editora



A Psicologia diz não ao Ato Médico

Senado retomou debate sobre Projeto de Lei que amplia a lista de práticas privativas da Medicina e restringe o exercício das demais profissões da Saúde

Entrou em consulta pública, no site do Senado Federal, o projeto conhecido como “novo Ato Médico”, que altera a Lei 12.842/2013, também chamada de Lei do Ato Médico. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é contra a proposta, que amplia o alcance das práticas privativas da Medicina e restringe, assim, as prerrogativas legais do exercício das demais profissões regulamentadas na área de Saúde.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 350/2014, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), inclui entre as práticas exclusivas dos médicos “formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica”, ou seja, a identificação de doenças e a indicação do tratamento. Outra atividade restrita à categoria seria a direção de serviços médicos (hospitais e afins).

“O texto tenta retomar os dispositivos que foram derrubados pela mobilização da sociedade civil no passado recente – os pontos que foram alvo de veto da presidenta Dilma Rousseff, mantido pelo Congresso Nacional”, cri-

ta o conselheiro do CFP Rogério Oliveira. “A aprovação criaria duas castas de profissionais de saúde, num claro retrocesso em relação ao diálogo entre saberes que sustenta o Sistema Único de Saúde e quanto à autonomia de ciências e profissões plenamente reconhecidas no mundo todo, entre elas a Psicologia.”

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), do qual o CFP participa, recomendou aos senadores a rejeição do Projeto. Segundo o presidente do Conselho, Ronald Santos, – que oficializou posição nesse sentido ad referendum do plenário do colegiado –, a proposta atenta contra a saúde pública. “O PLS vai contra a ideia de equipes multiprofissionais e das práticas integrativas, modelo preconizado pelo SUS”, afirmou.

A Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCPAS), também integrada pela autarquia da Psicologia, tem se reunido para construir estratégias contra a atual proposta.

Acesse a consulta pública: <http://bit.ly/29saHYb>

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP Nº 1704/2015 ORIGEM - CRP-08 (022/2012):

EMENTA – Prestação de serviço psicológico sem qualidade técnica, científica e profissional.

DECISÃO CRP: Censura pública

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP Nº 2015/2015 ORIGEM - CRP-08 (004/2013):

EMENTA – Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Roberto Moraes Cruz

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP Nº 1921/2015 ORIGEM - CRP-06 (023/2010):

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso, impedindo a adoção de menor pelo casal.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: João Carlos Alchieri

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP Nº 563/2015 ORIGEM - CRP-03 (001/2013):

EMENTA – O psicólogo teria se baseado em teoria sem fundamentação técnica e científica para explicar as origens da homossexualidade.

DECISÃO CRP: Cassação

DECISÃO CFP: Cassação

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Dorotéa Albuquerque de Cristo

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP Nº 1920/2015 ORIGEM - CRP-06 (017/2010):

EMENTA – Irregularidade na aplicação de testes psicológicos para a retirada da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: João Carlos Alchieri

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2101/2015 ORIGEM - CRP-06 (34/2011):**

EMENTA - Quebra de sigilo e laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 1963/2015 ORIGEM - CRP-06 (009/2012):**

EMENTA - Prestação de serviço psicológico sem qualidade técnica, científica e profissional.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 04/12/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: João Baptista Fortes de Oliveira

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2013/2015 ORIGEM - CRP-08 (003/2012):**

EMENTA - O psicólogo teria se recusado a esclarecer o diagnóstico dado ao paciente.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 19/02/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Meire Nunes Viana

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2286/2015 ORIGEM - CRP-02 (001/2014):**

EMENTA - A psicóloga teria se recusado a fazer devolutiva de teste psicológico de candidato eliminado em processo seletivo.

DECISÃO CRP: Suspensão

DECISÃO CFP: Suspensão

DATA DO JULGAMENTO: 19/02/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Rogério de Oliveira Silva

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2483/2015 ORIGEM - CRP-08 (005/2014):**

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 19/02/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Maria da Graça Corrêa Jacques

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2546/2015 ORIGEM - CRP-08 (006/2014):**

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 19/02/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO:

Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Rogério de Oliveira Silva

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2206/2015 ORIGEM - CRP-16 (001/2010):**

EMENTA - Irregularidade na aplicação de testes psicológicos para a retirada da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

DECISÃO CRP: Censura pública

DECISÃO CFP: Censura pública

DATA DO JULGAMENTO: 18/03/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Rogério de Oliveira Silva

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 2682/2015 ORIGEM - CRP-12 (017/2015):**

EMENTA - A psicóloga se recusou a fazer adequações em sua clínica mesmo diante das notificações dos fiscais do CRP.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 18/03/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO:

Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 3116/2015 ORIGEM - CRP-04 (024/2011):**

EMENTA - Fundamentar os atendimentos em prática não reconhecida pela Psicologia.

DECISÃO CRP: Censura pública

DECISÃO CFP: Censura pública

DATA DO JULGAMENTO: 18/03/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Sérgio Luiz Braghini

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 3200/2015 ORIGEM - CRP-14 (005/2014):**

EMENTA - A psicóloga teria destrutado aduogado.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 18/03/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Madge Porto Cruz

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 3198/2015 ORIGEM - CRP-14 (001/2015):**

EMENTA - A psicóloga teria divulgado que tinha título e especialização que, na verdade, não possuía.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 18/03/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Maria da

Graça Corrêa Jacques

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 3237/2015 ORIGEM - CRP-05 (006/2010):**

EMENTA - Atuar sem inscrição no Regional.

DECISÃO CRP: Cassação

DECISÃO CFP: Cassação

DATA DO JULGAMENTO: 15/04/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Sérgio Luiz Braghini

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 54/2016 ORIGEM - CRP-16 (003/2010):**

EMENTA - Solicitar empréstimos financeiros aos pacientes.

DECISÃO CRP: Cassação

DECISÃO CFP: Cassação

DATA DO JULGAMENTO: 15/04/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Rogério de Oliveira Silva

RELATORIA: Meire Nunes Viana

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 287/2016 ORIGEM - CRP-06 (002/2013):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 15/04/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges

RELATORIA: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL CFP
Nº 472/2016 ORIGEM - CRP-06 (034/2013):**

EMENTA - Prestação de serviço psicológico sem qualidade profissional.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 15/04/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Rogério de Oliveira Silva

RELATORIA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo



*Estamos
no
Whatsapp!*



CADASTRE-SE:
<http://bit.ly/whatsappsi>



Conselho
Federal de
Psicologia